

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Recentemente, uma delegação do PCP visitou o Porto Comercial de Portimão e reuniu com representantes da Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS), tendo sido informada que o Plano de Investimento para 2018 ainda não tinha sido aprovado.

O Plano de Investimento contempla, em particular, um conjunto de obras no Porto Comercial de Portimão, designadamente o aprofundamento e alargamento do canal de navegação e da bacia de rotação, permitindo a receção de navios de cruzeiro até 272 m de comprimento.

Estas obras já há muito que deveriam ter sido realizadas!

Efetivamente, em julho de 2012, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º 430/XII/1^a, "*Dinamização da atividade portuária como instrumento de desenvolvimento económico da região algarvia*", incluindo um conjunto de recomendações relativas ao Porto Comercial de Portimão, entre as quais o aprofundamento e alargamento do canal de navegação e da bacia de rotação.

Embora este projeto de resolução do PCP tenha sido rejeitado (com os votos contra do PSD e CDS e a abstenção do PS), teve o mérito de colocar na ordem do dia a discussão sobre o setor portuário algarvio e de afirmar a necessidade de concretizar um conjunto de investimentos nos portos da região, quer comerciais, quer de pesca.

Na esteira do Projeto de Resolução do PCP e da discussão que este despoletou, em 2013 o PSD apresentou um projeto de resolução sobre o setor portuário algarvio e o Governo PSD/CDS apressou-se a anunciar investimentos no Porto Comercial de Portimão que permitiriam aumentar a sua capacidade de receção de navios de cruzeiros, quer em número, quer em dimensão. Contudo, estes investimentos nunca saíram do papel.

Mais recentemente, em novembro de 2017, o atual Governo aprovou a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026,

onde integra um projeto de melhoria das acessibilidades marítimas ao Porto de Portimão. De acordo com informação prestada à delegação do PCP, está atualmente em curso o Estudo de Impacte Ambiental, prevendo-se a emissão da Declaração de Impacte Ambiental até março de 2019.

O facto de o Plano de Investimento não ter sido aprovado implica que a APS tenha de pedir à tutela autorizações específicas para a realização das obras no Porto Comercial de Portimão, circunstância que atrasa todo o processo.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, através do Ministério do Mar, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Em que medida é que a não aprovação do Plano de Investimento da APS está a atrasar as obras previstas para o Porto Comercial de Portimão, designadamente o aprofundamento e alargamento do canal de navegação e da bacia de rotação?
2. Qual o atraso que estas obras registam atualmente, em relação aos prazos inicialmente previstos?
3. Que medidas serão tomadas para garantir a conclusão das obras até 2020, tal como previsto inicialmente?

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)